



PG005 – Proteção Social

FUNDAÇÃO
renova

Definição do Programa – Etapa 3
Dezembro/2017

CONTROLE DE MUDANÇAS DO PROGRAMA

Data	Id	Resumo da mudança
Nov/2017	00	Emissão Inicial
Dez/2017	01	Revisão Após Apresentação para Diretoria

ÍNDICE

1. Sumário executivo	1
2. Objetivo	6
3. Metodologia utilizada.....	6
4. Declaração do programa.....	7
4.1 Conceitos orientadores da Proteção Social.....	7
4.2 O Programa de Proteção Social na Fundação Renova	7
4.3 Objetivos, diretrizes, premissas, requisitos e restrições	7
4.4 Ações realizadas e em andamento	9
4.5 Mobilização do conhecimento e identificação das soluções	12
4.5.1 Histórico de engajamento dos stakeholders	13
4.5.2 Soluções construídas	14
4.6 Estratégia de engajamento dos stakeholders para execução	17
4.7 Interface com outros programas da Fundação Renova	18
4.8 Projetos do Programa de Proteção Social	21
Cronograma do Projeto.....	25
5. Planejamento consolidado do programa	32
5.1 Custo do programa (R\$ milhão)	32
5.2 Cronograma do programa	32
5.3 Papeis e responsabilidades	33
6. Plano de resultados	35
6.1 Indicadores do Programa	35
6.2 Critérios para encerramento do programa.....	36
6.3 Fichas dos indicadores.....	37
7. Anexos	424
8. Referências Bibliográficas	424

1. Sumário executivo

Neste documento, são apresentadas as principais informações sobre o Programa de Proteção Social da Fundação Renova, que tem sua origem nas cláusulas 54 a 58 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC).

Desde o momento emergencial da reparação (primeiros meses após o rompimento da barragem), têm sido ofertadas diferentes ações para atendimento psicossocial às famílias impactadas. Dentre elas se destacam: o cadastramento da população atingida; a acomodação das famílias que sofreram deslocamento físico em hotéis, casas e sítios; a concessão de Auxílio Financeiro Emergencial; contratação de profissionais de Saúde e Assistência Social, entre outras.

Nos municípios de Mariana/MG e Barra Longa/MG, onde houve o deslocamento físico de famílias, foram pactuados planos emergenciais para suportar os serviços psicossociais e socioassistenciais da rede pública municipal. Essas ações foram coordenadas inicialmente pela Samarco S.A., com execução e participação direta das gestões públicas municipais e estaduais. Dentre as ações implantadas, em Mariana e Barra Longa, merece destaque a contratação de 22 profissionais (11 psicólogos e 11 assistentes sociais) para atuar no atendimento psicossocial às famílias, nos equipamentos públicos do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Vencida a etapa emergencial, iniciou-se a atuação da Fundação Renova, instituição responsável por implementar as ações de reparação e compensação previstos TTAC, dentre as quais o Programa de Proteção Social. O principal objetivo desse Programa é promover a proteção social, por meio de um conjunto de ações socioassistenciais, incluindo ações socioculturais e ações de apoio psicossocial, realizando o acompanhamento das famílias e dos indivíduos impactados pelo EVENTO, priorizando as famílias com deslocamento físico, conforme cláusulas 54 a 58 do TTAC.

O Programa de Proteção Social contempla todo o território impactado, conforme TTAC, com atenção às diferenças territoriais, a variação dos danos causados na população e as peculiaridades no processo de reparação de cada um dos seguimentos atingidos. Opera em consonância com a política pública de Assistência Social, tangenciando a oferta de serviços da rede local, busca o diálogo e a parceria com os três entes federados e organizações da sociedade civil, e se configura como um conjunto de ações articuladas entre os demais programas previstos no TTAC e as políticas sociais. Desse modo, pode implementar a reparação dos danos causado nas famílias e ou indivíduos, a partir dos esforços interinstitucionais.

Assim, tendo em consideração as determinações do TTAC, bem como os princípios e valores norteadores do programa de proteção social, a Fundação Renova organizou a operacionalização do Programa de Proteção Social em três grandes eixos. Estes três eixos representam as *macroações* de responsabilidade do Programa e contemplam, outrossim, projetos, atividades e ações, de curto, médio e longo prazo. Tais especificações, em projetos, atividades e ações, vale ressaltar, é um produto de ações articuladas e convergentes, quais sejam: as determinações do próprio TTAC, o resultado das escutas aos municípios (por meio da realização de oficinas in

loco¹), o produto das reuniões e discussões das câmaras técnicas. Tem-se, portanto, a seguinte configuração:

EIXO	PROJETO	AÇÕES
Apoio à política pública de Assistência Social.	Protocolo para atendimento dos impactados em situação de vulnerabilidade ou risco social	Articulação de ações com secretarias estaduais e municipais de assistência social de MG e ES;
		Articulação de diretrizes e ações com as prerrogativas do SUAS - Sistema Único da Assistência Social;
		Capacitação dos trabalhadores do SUAS em âmbito municipal, em articulação com as iniciativas de educação permanente em andamento;
		Fortalecimento da função de vigilância socioassistencial no âmbito municipal;
		Fomento à supervisão técnica regionalizada dos trabalhadores e gestores do SUAS junto aos municípios impactados.
Atenção às famílias impactadas	Trabalho Social com famílias com deslocamento físico (antes e após o reassentamento)	Atendimento priorizados às famílias impactadas dos municípios onde houve deslocamento físico, com foco nos processos de <i>desterritorialização</i> e <i>reterritorialização</i> ;
		Trabalho focalizado de fortalecimento de vínculos sociais junto às famílias vulneráveis impactadas.

¹ Nos meses de março e abril foram realizadas oficinas de proteção social ao longo de todo o território, com os municípios impactados. Na oportunidade, estiveram presentes representantes das gestões públicas municipais e, por vezes, representantes da sociedade civil organizada. Os municípios que não estiveram presentes na primeira rodada de escuta, tiveram oportunidade de serem ouvidos mais recentemente, nos meses de outubro e novembro de 2017.

EIXO	PROJETO	AÇÕES
Intersetorialidade e integração entre os programas da Fundação Renova	Promoção do acesso das famílias impactadas ao mundo do trabalho	Acesso das famílias vulneráveis impactadas aos programas de economia e inovação da Fundação Renova;
		Articulação em rede para acesso das famílias vulneráveis impactadas nos demais programas da Fundação Renova;
		Fomento à intersetorialidade, a partir da perspectiva territorial, para ações de reparação às famílias vulneráveis impactadas.

Quadro 1: Eixos, projetos e ações

A seguir, apresenta-se o cronograma e o custo de cada um dos Projetos acima mencionados. Cabe ressaltar, que os prazos estimados para a execução dos projetos, considera a previsão descrita no TTAC e são variáveis nos estados de Minas Gerais e no Espírito Santo.

Conforme cláusula 58, o programa deverá ser indicado em até 30 dias da assinatura do TTAC e terá a duração de 36 meses a contar do seu início, deste modo, a data de atuação do programa poderá ser alterado conforme deliberado pelo CIF.

Projeto	Orçamento (R\$ M)	2015	2016	2017	2018	2019	...	2021
Protocolo para atendimento dos impactados em situação de vulnerabilidade ou risco social	8,67	Novembro				Abril		
Promoção do acesso das famílias vulneráveis impactadas aos programas de economia e inovação (*)	-		Setembro			Abril		
Trabalho social com famílias com deslocamento físico, antes e após o reassentamento	0,85	Novembro						Abril

Quadro 2: Cronograma e custo estimado do programa de Proteção Social

(*) Custo não previsto no Programa de Proteção Social pois sua execução será integrada a outros programas da Fundação Renova.

Para o acompanhamento das ações do Programa de Proteção Social, foram definidos seis indicadores, conforme descrição a seguir.

Indicador	Unidade	Periodicidade de medição	Meta
I-1 Capacitação de profissionais do SUAS em âmbito municipal	Percentual (%)	Cumulativo	100%
I-2 Capacitação de técnicos por equipamento público de assistência social	Percentual (%)	Cumulativo	100%
I-3 Acompanhamento psicossocial de famílias impactadas com deslocamento físico	Número absoluto	Semestral	410
I-4 Bem-estar subjetivo e psicológico das famílias impactadas com deslocamento físico	Índice	Pré/pós reassentamento	Melhoria
<u>I-5 Inclusão de membro da família vulnerável impactada nos programas de retomada da atividade econômica da Fundação Renova.</u>	<u>Percentual (%)</u>	<u>Cumulativo</u>	<u>70%</u>

Quadro 3: Indicadores de monitoramento do programa de Proteção Social

O Programa de Proteção Social será encerrado nos territórios impactados após o cumprimento devidamente registrado e auditado das seguintes condições, a partir do alcance das metas dos indicadores I-1 a I-4.

Projeto	Condições de encerramento
Projeto 1 – Protocolo para atendimento dos impactados em situação de vulnerabilidade ou risco social	• Conclusão da execução dos Planos Emergenciais de apoio às políticas de Assistência Social por mais 18 meses; • Execução das ações de responsabilidade da Fundação Renova, previstas nas Matrizes de Ações Integradas.
Projeto 2 – Promoção de acesso das famílias vulneráveis impactadas aos programas de economia e inovação	• Após cumprimento do indicador 4 - Inclusão de membro de família vulnerável impactada nos programas de economia e inovação da Fundação Renova.
Projeto 3 – Trabalho social com famílias com deslocamento físico, antes e após o reassentamento	• Decorrência de dois (2) anos após o reassentamento definitivo das famílias de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira.

Quadro 4: Critérios de encerramento do Programa de Proteção Social

2. Objetivo

Este documento apresenta a definição do escopo, dos objetivos e dos resultados esperados do Programa de Proteção Social da Fundação Renova, oriundo das cláusulas 54 a 58 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), firmado em 2 de março de 2016. Também são descritos aqui aspectos como as estratégias de engajamento do Programa, os indicadores de resultados e processos, e as regras de encerramento de suas iniciativas.

3. Metodologia utilizada

O Programa de Proteção Social da Fundação Renova tem sido desenvolvido à maneira dos demais programas oriundos do TTAC, a partir da abordagem metodológica empregada pela instituição (Figura 1). Esta abordagem é caracterizada por três fases: 1) a **definição**, fundamental para garantir que todos os aspectos relevantes e necessários para o escopo da intervenção estejam esclarecidos entre a Fundação Renova e as instâncias de governança do processo de reparação (CIF e Câmaras Técnicas), além da escuta direta aos representantes municipais em oficinas regionalizadas in loco; 2) a **execução**, etapa na qual as intervenções são planejadas, realizadas e avaliadas; e 3) o **encerramento**, que marca a conclusão das atividades dos programas, a partir da formalização e do registro das atividades realizadas.



Figura 1: Ciclo de vida dos Programas da Fundação Renova

4. Declaração do programa

4.1 Conceitos orientadores da Proteção Social

Conceitualmente, a Proteção Social pode ser definida como “um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de benefícios sociais, visando enfrentar situações de risco ou privações sociais” (Jaccoud, 2009). Associada à vigilância socioassistencial e à defesa de direitos, a Proteção Social compõe um dos eixos de atuação da Assistência Social no Brasil.

No contexto das políticas da Assistência Social, a proteção social deve garantir a acolhida, convivência familiar e comunitária, além de prevenir e reduzir as situações de vulnerabilidade e risco social com vistas à restauração e resgate de direitos violados. Para tanto, deve ofertar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Embora bastante recente em termos históricos, a política pública de assistência social no contexto brasileiro, vem sendo respaldada por leis e diretrizes sólidas, tais como a Lei Orgânica da Assistência (LOAS) e, mais recentemente, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS). Esse conjunto de diretrizes constitucionais norteiam as ações da assistência em direção ao público que mais dela necessita e orientam o trabalho a partir da oferta de serviços e de benefícios e de garantia de direitos, observados os critérios de territorialidade e superação do assistencialismo.

4.2 O Programa de Proteção Social na Fundação Renova

O Programa de Proteção Social, no âmbito da Fundação Renova, está alinhado aos conceitos e diretrizes da política de Assistência Social. Entretanto, diferencia-se das atribuições do poder público, por ter a responsabilidade na reparação, mitigação dos danos causados nas famílias, principalmente as vulneráveis em função do rompimento da barragem, conforme descrito na cláusula 56 do TTAC, excluindo o que for de capacidade do poder público, o programa irá apoiar a adoção de protocolos de atendimento às famílias identificadas em situação de vulnerabilidade.

Em sua implementação, o Programa opera fortalecendo a rede local de serviços socioassistenciais, desde o período emergencial, além de identificar as famílias impactadas, para planejamento de ações e intervenções de reparação nesses municípios.

4.3 Objetivos, diretrizes, premissas, requisitos e restrições

Objetivo

O Programa tem como objetivo promover a proteção social, por meio de um conjunto de ações socioassistenciais, incluindo ações socioculturais e ações de apoio psicossocial, realizando o

acompanhamento das famílias e aos indivíduos impactados pelo EVENTO, priorizando as famílias com deslocamento físico, conforme cláusula 54 a 58 do TTAC.

Como público-alvo do programa são: famílias, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, para o atendimento dos casos em situação de vulnerabilidade ou de risco social por violação de direitos fundamentais, em decorrência do rompimento da barragem.

Diretrizes

O Programa tem como diretriz principal a ideia de **reparação integral e integrada**, que, a rigor, indica que as ações de reparação da Fundação Renova devem ser compartilhadas e definidas conjuntamente entre os diferentes programas, referentes a temas diferentes do desagravo dos impactos.

Outra diretriz fundamental do Programa é a **articulação com as políticas públicas** e com as organizações que compõem as Redes de Proteção Social locais, que detêm a primazia da oferta desses serviços (entre os diferentes entes federados, em diferentes níveis de coordenação). Vale ressaltar, que cabe à Fundação Renova a **reparação dos impactos oriundos do rompimento da barragem**, nesse sentido, as vulnerabilidades já expressas nos territórios antes do evento são de responsabilidade das políticas públicas, onde identificado o agravamento e ou instalação de vulnerabilidade, colocando as famílias em os riscos sociais, a Fundação Renova deve atuar buscando fortalecer a oferta dos serviços, capacitando os operadores de Proteção Social implementando o trabalho social com famílias pós desastre.

As soluções a serem construídas ao nível dos programas, diante da complexidade, não são previamente dadas, e isso é especialmente verdadeiro no caso do Programa de Proteção Social. Sendo assim, a **convergência setorial** entre o Programa, as demais iniciativas da Fundação Renova e a gestão pública é uma diretriz imprescindível para o sucesso das ações aqui previstas.

Requisitos

1. As ações para o programa deverão observar as regras e diretrizes da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS); da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; e da Política Nacional de Assistência Social; e do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres (Portaria Interministerial n. 2, de 6 de dezembro de 2012);
2. O Programa de Proteção Social prescinde de integração com os demais Programas da Fundação Renova, bem como a articulação com o poder público, nos três níveis de governo.

3. O prazo previsto para o Programa será de 36 (trinta e seis meses) a partir de 30 dias da assinatura do TTAC, podendo ser prorrogado, caso a necessidade seja fundamentadamente justificada 12 (doze) meses antes de encerrado o prazo original;
4. As ações a serem executadas devem estar alinhadas com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com as demais políticas públicas sociais.

Premissas

Considerando que as ações propostas no Programa serão executadas em conjunto com os municípios, devem ser observadas as seguintes premissas:

- A relação entre a equipe da Fundação Renova e os gestores municipais das políticas públicas deve ser o melhor possível, de modo a otimizar a implementação das ações nos territórios;
- Prima-se pela convergência setorial, tanto por parte da Fundação Renova quanto por parte do poder público;
- O acompanhamento dos Governos Federal e Estaduais na execução do Programa, por meio de supervisão técnica é essencial para garantir melhores resultados.

Restrições

Deve-se atentar para algumas restrições e contingências que podem afetar a efetividade das ações do Programa de proteção social, tais como:

- **Restrições institucionais:** dificuldades na estruturação da oferta de serviços nos territórios impactados por parte dos governos municipais, o que constitui um desafio;
- **Restrições territoriais:** o alcance do Programa compreende os municípios descritos no TTAC (em Minas Gerais e no Espírito Santo) e os municípios incluídos na Deliberação nº 58 (CIF);
- **Restrições temporais:** O prazo de execução do Programa deve ser compatível com o cronograma de execução da reconstrução e do reassentamento das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo (Mariana/MG) e Gesteira (Barra Longa/MG), assim como o prazo previsto no TTAC, caso haja deliberação do CIF, o cronograma será alterado.

4.4 Ações realizadas e em andamento

O Programa de Proteção Social, embora em fase de consolidação, vem executando ações, de modo a suprir as demandas da população impactada, desde o período emergencial do rompimento da barragem com foco nos municípios de Mariana e Barra Longa. Dentre as ações realizadas, merecem destaque:

- **Ações humanitárias no período emergencial:** Com o objetivo de preservar a vida das famílias impactadas, várias ações se iniciaram logo após o rompimento da barragem, ações que envolvem a acolhida e a alocação temporária das famílias com deslocamento físico, o acompanhamento psicossocial destas famílias, o primeiro cadastramento emergencial, a

concessão de Auxílio Financeiro e a reintegração escolar das crianças cujas as famílias tiveram deslocamento físico, o apoio à implementação de serviços socioassistenciais e culturais para grupos específicos de crianças, adolescentes, idosos, mulheres e pessoas com deficiência;

- **Ações de apoio às políticas sociais locais:** Com o objetivo de ampliar a capacidade pública de atendimento na rede de serviços socioassistencial e psicossocial, houve a contratação de 22 profissionais (11 psicólogos e 11 assistentes sociais) para compor os equipamentos públicos de Mariana e Barra Longa, a partir de um acordo firmado entre a Samarco, o Ministério Público Estadual e as gestões dos dois municípios. A continuidade da implementação das ações previstas neste acordo, depois foi absorvido pelo Programa de Proteção Social da Fundação Renova.
- **Oficina de Proteção Social:** Realização de oficinas com objetivo de uma escuta qualificada aos gestores e técnicos de Assistência Social nos municípios impactados. Este momento presencial e in loco subsidiou a coleta de informações para a qualificação do escopo do Programa e para a proposição de ações nos municípios. As primeiras oficinas, foram em março e abril, com a presença da CTOS e das equipes estaduais, em todas as oficinas. Já na segunda rodada, foram realizadas em outubro, novembro e dezembro com presença da equipe dos estaduais.

Oficinas de Proteção Social

PÓLO	MUNICÍPIOS	LOCAL DA REUNIÃO	DATA
I	Mariana	MARIANA	Primeiro encontro 16/03/2017 e Capacitação em 27 e 28 de novembro
	Barra Longa		
II	Santa Cruz do Escalvado	IPATINGA	Primeiro encontro 22/03/2017 Segundo encontro 20 e 21/11/2017
	Rio Doce		
	Sem Peixe		
	Dionísio		
	São Domingos do Prata		
	São José do Goiabal		
	Rio Casca		
	São Pedro dos Ferros		
	Raul Soares		
	Bom Jesus do Galho		
	Córrego Novo		
	Pingo D'água		
	Caratinga		
	Ipatinga		
	Timóteo		
	Marliéria		
	Santana do Paraíso		
	Ipaba		
III	Bugre	GOVERNADOR VALADARES	Primeiro encontro 24/03/2017 Segundo encontro 23/11/2017
	Naque		
	Belo Oriente		
	Fernandes Tourinho		
	Periquito		
	Iapu		
	Sobrália		
	Alpercata		
	Governador Valadares		
	Tumiritinga		
	Galiléia		
	Conselheiro Pena		
	Resplendor		
	Itueta		
	Aimorés		
IV	Baixo Guandu	COLATINA	Primeiro encontro 09/03/2017 Segundo encontro 01/12/17
	Colatina		
	Marilândia		
V	Linhares	LINHARES	Primeiro encontro 10/03/2017 Segundo encontro 01/12/17
	Aracruz		

Quadro 6: Cronograma das Oficinas de Proteção Social realizadas

- **Elaboração do Mapa de Vulnerabilidade:** O mapa de vulnerabilidade é uma possibilidade de análise do território, a partir das informações constante na base de dados do Cadastro Integrado, sua elaboração é de responsabilidade da Fundação Renova, referência para se fazer a reparação nas famílias impactadas. Esta ferramenta busca identificar, nos territórios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, os tipos de vulnerabilidades surgidos ou

agravados pelo evento, a partir das informações declaradas pelos impactados. Seu principal objetivo é a identificação das famílias vulneráveis impactadas em cada município. É também uma das formas de se fazer a reparação de forma a alcançar melhores resultados.

Além identificar as comunidades e as famílias impactadas, mensura também qual foi o aspecto da vulnerabilidade que foram afetados e ou instalados neste grupo de famílias em cada município, em decorrência do rompimento da barragem. A mensuração do território, a quantificação e a qualificação das informações existente no mapa, mostra ser uma ferramenta fundamental no Programa, para o desenvolvimento do trabalho social com famílias, na perspectiva de acompanhar a reparação a ser feita pela Fundação Renova. Todos os mapas dos municípios são apresentados no anexo I, deste documento.

- **Elaboração de Matriz de Ações Integradas para a reparação:** A Matriz espelha um conjunto de ações definidas nos Programas da Fundação Renova, que podem ser implementadas de forma integrada com o Programa de Proteção Social. Essas ações possuem aderência com o impacto causados nas famílias e ou pessoas que foram identificadas nos mapas de vulnerabilidade de cada município. Deste modo, cada município recebe a sua matriz, podendo avaliar e explorar as informações contidas neste documento, e solicitando alterações que achavam ser pertinentes para o município. A Matriz contempla um conjunto de ações que possa ser executado tanto pela Fundação como pelo poder público. (Modelo de matriz anexo II).
- **Capacitação das equipes operadoras da Proteção Social:** Esta ação de capacitação objetiva qualificar os profissionais que ofertam serviços socioassistenciais nos municípios impactados para o aprimoramento do trabalho social com as famílias pós desastre. Importante estratégia para organizar a vigilância social nos municípios;
- **Melhorar os Procedimentos de atendimento:** Aperfeiçoamento dos fluxos, protocolos e procedimentos de atendimento e encaminhamento no acompanhamento das famílias, priorizar esta ação, em Mariana e Barra Longa;
- **Resposta das manifestações nos canais de atendimento:** Tratativas de todos as manifestações relacionadas à Proteção Social, registradas nos canais de relacionamento e fóruns de diálogo da Fundação Renova.

4.5 Mobilização do conhecimento e identificação das soluções

Para o desenvolvimento do escopo do Programa de Proteção Social, algumas estratégias foram pensadas, uma delas foi envolver diferentes *stakeholders* na discussão para a construção de formatos e abordagens de intervenção (com destaque para as instituições do setor público). Foram realizadas um conjunto de reuniões com as equipes de Assistência Social dos Governos de Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, as equipes de Assistência Social dos Governos municipais e com as equipes do Ministério de Desenvolvimento Social.

As oficinas de Proteção Social realizadas nos meses de março, abril e outubro de 2017 com os municípios, também foi uma estratégia importante, pois com os depoimentos dos participantes recebemos informações sobre a realidade que os municípios passaram a enfrentar pós rompimento da barragem. Cada depoimento dos participantes foi capturado e sistematizado num relatório, que -se encontra no sítio da Fundação, subsidiando a concepção do programa, bem como para elucidar melhor o problema e as possíveis soluções.

4.5.1 Histórico de engajamento dos *stakeholders*

O quadro abaixo recupera os principais marcos da interlocução entre o Programa de Proteção Social e seus principais *stakeholders* na construção do escopo e das soluções aos desafios do Programa.

Stakeholders	Marcos de engajamento
Secretarias Municipais de Assistência Social	• Reuniões com as gestões municipais de Mariana e Barra Longa, para a elaboração dos Planos Emergenciais; • Realização de oficinas, para a escuta dos gestores municipais, repasse de informações, levantamento de insumos a sistematização do escopo do Programa, apresentação do Mapa de vulnerabilidade e da Matriz de ações integrada para se fazer a reparação das famílias impactadas; • Aprimorar o trabalho social com família, com foco nas famílias impactadas.
Programas da Fundação Renova	• Participação nas atividades dos Programas de Reconstrução, Recuperação e Realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira; e do Programa de Turismo, Cultura e Lazer para contribuir com as ações de atendimento de adolescentes e idosos; • Reunião de alinhamento das ações de reparação integrada com vários Programas da Fundação; • Realização de reuniões com as equipes dos Programas para tratativas dos casos de famílias identificadas em situação de vulnerabilidade e risco social; • Reunião com programas socioeconômicos, para construção da política de reparação integrada e integral.
Ministério Público Federal e Estadual	• Participação de reuniões para nivelamento de informações inerentes ao programa.
Câmaras Técnicas	• Participação de equipe da câmara técnica nas oficinas de escuta aos gestores municipais para o levantamento de insumos para o escopo do Programa. • Apresentação na Câmara Técnica de Organização Social-CTOS do escopo do programa. • Envio de relatório das ações implementadas no Programa

Stakeholders	Marcos de engajamento
Ministério de Desenvolvimento Social (MDS)	- Realização de reuniões com a Diretoria de Proteção Básica e Diretoria de Gestão do SUAS para a validação do programa antes da submissão à Câmara Técnica de Organização Social; - Mediar a implantação das ações de reparação nos municípios, com objetivo de clarear as atribuições dos atores envolvidos e garantir uma relação de engajamento.
Secretarias de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (MG e ES)	- Realização de reuniões com a SETADES/ES (Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo) para a construção de ações direcionadas às particularidades das famílias impactadas na região. - Realização de reuniões com a SEDESE/MG (Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais) para construção de supervisão técnica, pela equipe estadual, com os municípios impactados.

Quadro 7: Histórico de engajamento dos stakeholders

4.5.2 Soluções construídas

Desde a fase emergencial, foram realizadas reuniões com as prefeituras de Mariana e Barra Longa para o planejamento de ações humanitárias, pautadas nos Planos Emergenciais do Território 1, e que contribuíram para a formatação do projeto de apoio aos serviços socioassistenciais.

A partir da instituição da Fundação Renova, iniciamos ações mais estruturadas para implementação do Programa. A elaboração de um Mapa de Vulnerabilidade e a construção de uma Matriz de Ações Integradas, possibilitou conhecer melhor o impacto, pós rompimento da barragem, nos demais municípios. As ferramentas viabilizam o Programa de Proteção Social, a construir soluções para a reparação dos agravos nas localidades impactadas e subsidia as ações dos projetos previstos no Programa.

Em parceria com a CTOS (Câmara Técnica de Organização Social), foi realizado um ciclo de Oficinas de Proteção Social junto às gestões municipais das cidades impactadas, para a escuta e o levantamento de insumos para as ações integradas de reparação. Esta escuta inicial teve o intuito de subsidiar o traçado da Matriz de Ações Integradas, para o enfrentamento desses impactos em cada território, no âmbito do Programa de Proteção Social e das políticas públicas já ofertadas nesta seara.

A articulação com os líderes de outros programas da Fundação Renova gerou inputs para a elaboração da matriz de ações integrada prevista no programa. A participação nas atividades de programas como o de Reconstrução e Turismo, Esporte, Cultura e Lazer, possibilitou a visualização de oportunidades de trabalho junto às famílias em vias de reassentamento em Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo (Mariana/MG) e Gesteira (Barra Longa/MG), sendo importante a atuação conjunta para a execução do projeto de Trabalho social com famílias com deslocamento



físico, antes e após o reassentamento. A integração com os programas de inovação e economia, também gerou as ações descritas no projeto de Promoção de acesso das famílias vulneráveis impactadas a retomada de atividade produtivas.

A participação em reuniões com o Ministério Público Federal e Estadual contribuiu no nivelamento de informações pertinentes para os projetos que compõe o escopo do programa.

Com o Ministério de Desenvolvimento Social -MDS foram realizadas reuniões com a diretoria de Proteção Básica e diretoria de Gestão do SUAS, fundamentais para a definição de perspectivas de atuação das políticas públicas de Assistência Social no trabalho social com as famílias impactadas. O MDS tem um importante papel de mediar as relações entre a Fundação Renova e os entes federados, além de catalisar uma série de parcerias entre a Fundação Renova e outras instituições, como por exemplo o contato com a Casa das Caldeiras, de São Paulo, que realizará a ação de capacitação para os operados de Proteção Social nos municípios.

Com a Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo-SETADES/ES foram realizadas reuniões para construção de agendas com os municípios. Discussão, com a Secretaria de Estado e equipe, para apresentação do escopo do programa, incluindo a participação dos municípios do Estado/ES, estes encontros foram fundamentais para a construção de ações direcionadas às particularidades das famílias impactadas na região.

Com a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE foi realizada reuniões, com a finalidade de construir uma agenda das atividades a serem realizadas pela Fundação Renova com os municípios do Estado de Minas Gerais. Realizada também, reunião para apresentação do escopo do Programa da Proteção Social para a Secretária de Estado, Subsecretário do Trabalho, Subsecretária de Assistência Social e equipe técnica, para uma discussão do papel do Estado na supervisão técnica do trabalho com os operadores de Proteção no trabalho social com famílias.

Como é possível perceber, o Programa de Proteção Social tem sido elaborado a partir da intensa contribuição de seus *stakeholders*, partindo da compreensão de que a reparação integral e integrada exige olhares múltiplos para o enfrentamento das complexas situações encontradas nas famílias vulneráveis, que foram impactadas, identificadas em cada município.

Após todo o desenvolvimento com o stakeholders, o Programa de Proteção Social, para estruturar os seus eixos e projetos metodologicamente atuará em primeiro momento na identificação das vulnerabilidades, onde é aferido as situações agravadas e ou instaladas pós rompimento da barragem. Esta identificação foi feita por meio da percepção dos gestores e técnicos realizadas nas Oficinas de Proteção Social e pela análise dos dados do Cadastro **15**

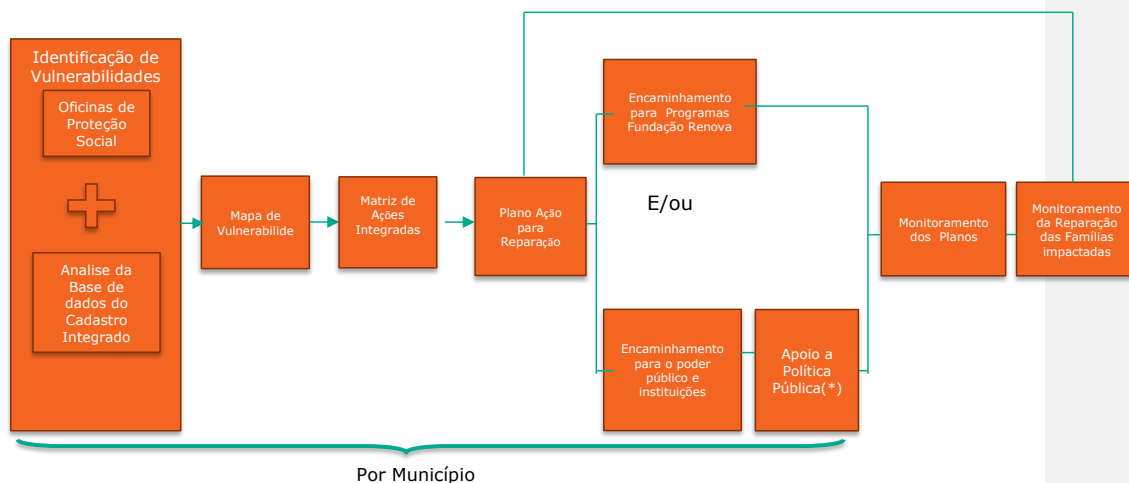
integrados. Com este procedimento realizou-se o mapeamento de vulnerabilidades, elaborado a Matriz de Ações Integradas com informação dos Programas da Fundação Renova que fazem convergência com o Programa de Proteção Social.

E para a finalidade da reparação será elaborado o **Plano de Ação de Reparação**, nesta fase cada município terá um plano de ação específico, com informações da situação agravada, informação de qual reparação será realizada, indicação das metas, ação a ser realizada pela Fundação Renova, atividade a ser realizada pelos municípios e período de execução. O Plano seguirá uma ordem de atendimento as prioridades de acordo com as situações críticas identificadas em cada território no município.

Posteriormente serão realizados os **encaminhamentos**, para que ocorra a reparação dos danos. As famílias serão direcionadas para serem atendidas pelos os Programas da Fundação Renova com interface com a Proteção Social e para os Serviços Públicos e ou instituições.

O Programa de Proteção Social realizará o **monitoramento e avaliação** sistemático da execução dos Planos de Ações de Reparação e o monitoramento da reparação das famílias. Este procedimento ocorrerá por meio de visitas in loco e acompanhamento dos atendimentos realizados tanto pelos Programas da Fundação Renova, quanto pelos atendimentos realizados pelos serviços públicos.

Método de Atuação



(*) O apoio a política pública pode se dar em relação a: Transporte, Disponibilização de materiais, alimentação para oficinas, apoio técnico e repasse de recurso para instituições parceiras para atendimento a serviços socioassistenciais.

4.6 Estratégia de engajamento dos *stakeholders* para execução

Stakeholder	Estratégia de Engajamento	Resultados esperados
Secretarias Municipais de Assistência Social	- Reuniões com as gestões municipais de Mariana e Barra Longa, para a elaboração dos Planos Emergenciais; - Realização de oficinas, para a escuta dos gestores municipais, repasse de informações, levantamento de insumos a sistematização do escopo do Programa, apresentação do Mapa de vulnerabilidade e da Matriz de ações integrada para se fazer a reparação das famílias impactadas; - Aprimorar o trabalho social com família, com foco nas famílias impactadas.	- Participação na execução das Matrizes de Ações Integradas; - Acompanhamento das famílias vulneráveis impactadas.
Ministério Público Federal e Estadual	Participação de encontros promovidos pelo Ministério Público, para repasse de informações sobre as ações do Programa às comunidades atingidas.	Vigilância na execução das ações de reparação para às famílias impactadas.
Câmara Técnica de Organização Social	Envolvimento dos representantes da CTOS com ao objetivo de orientar, acompanhar e monitorar a execução do programa.	Dar inputs técnicos necessários durante a execução do programa.
Ministério do Desenvolvimento Social	Envolvimento do Ministério em toda a execução do Programa, exercendo papel de mediador entre a Fundação e os entes da federação, inclusive na programação de capacitações aos operadores da Assistência Social.	Monitoramento da execução do Programa.
Secretarias de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (MG e ES)	Alinhamentos contínuos sobre a definição do escopo do Programa e as responsabilidades a serem compartilhadas entre a Fundação Renova e os entes federados. Os Governos Estaduais têm atuado no acompanhamento do trabalho da Fundação Renova.	Acompanhamento da execução do Programa e supervisão técnica nos municípios impactados.
Líderes de outros programas da Fundação Renova	Articulação com programas da Fundação para planejamento das ações integradas para serem incluídas na matriz de ações integradas que serão apresentadas e alinhadas com os municípios impactados.	Execução das ações integradas para a reparação, descritas na matriz de ações integradas.

Quadro 8: Estratégias de engajamento dos *stakeholders*

4.7 Interface com outros programas da Fundação Renova

A Fundação Renova, está num esforço de construir a política de reparação integrada e integral, buscando conexões multisetoriais (sistêmica e não fragmentada) potencializando as ações e otimizando recursos para se fazer a reparação de forma mais célere.

Programa	Descrição da interface	Ações de encaminhamento
PG001 <i>Levantamento e Cadastro</i>	As informações coletadas na base de dados do Cadastro Integrado são importantes para o Programa de Proteção Social, identifica o público, define os territórios nos municípios e os tipos de vulnerabilidade agravadas e ou instaladas depois do rompimento conforme declarado por cada família.	- Reuniões para identificação do Índice Desenvolvimento Familiar - IDF das famílias nos territórios; - Elaboração de Relatório sobre Proteção Social e Saúde para identificação de impacto em todos os territórios; - Disponibilização de base de dados para elaboração dos Mapas de Vulnerabilidades.
PG002 <i>Programa de ressarcimento e de indenização (PIM)</i>	A articulação se justifica pela necessidade de realização de ações conjuntas, para o atendimento das famílias e ou indivíduos, no momento que se efetivar os pagamentos das indenizações.	- Realização de reuniões para tratativas de atendimento de famílias e ou pessoas identificadas em situação de vulnerabilidade e risco social; - Acompanhamento das famílias, nos equipamentos públicos pós recebimento de indenização, com objetivo de fortalecer os vínculos familiares, uma vez que o aspecto econômico possibilita alterações nas relações sociais.
PG003 <i>Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas</i> PG004 <i>Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais</i>	A interlocução se dá no intuito de propor ações específicas para as comunidades indígenas e de povos tradicionais que se encontra em situação de vulnerabilidade decorrente do rompimento da barragem, oferecendo um atendimento qualificado e empreendendo esforços dos programas na compreensão da especificidade dos territórios habitados por estas comunidades.	Realização de reuniões para tratativas de casos específicos de indígenas e povos tradicionais em situação de vulnerabilidade e risco social devido ao rompimento da barragem.
PG010 Programa de reparação das demais Comunidades e Infraestrutura impactadas	O Programa de Proteção Social se articula com a Infraestrutura com o objetivo de pensar em estratégia para o atendimento das famílias que se encontra em situação de vulnerabilidade devido à problemas identificados com obras de recuperação e reconstrução das localidades de moradia.	Realização de reuniões para avaliar e tratar as questões de infraestrutura de moradias e acessos.

Programa	Descrição da interface	Ações de encaminhamento
PG021 <i>Auxílio Financeiro Emergencial</i>	O Programa possui interface com o programa de Proteção Social, pois havendo casos de vulnerabilidade das famílias impactadas nos territórios, que tenha sido agravado devido questões socioeconômicas e ou identificados problemas que envolver questões relacionados ao auxílio emergencial as tratativas serão realizadas em conjunto.	Realização de reuniões para tratativas de casos de famílias identificadas em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente da perda de renda.
PG011 <i>Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar</i>	A interlocução se dá no desenvolvimento conjunto de ações relacionadas ao atendimento a crianças e adolescentes relacionados ao desempenho escolar.	Apoio no acompanhamento das atividades das famílias com crianças em acompanhamento psicossocial e psicopedagógico.
PG008 <i>Reconstrução de vilas e reassentamento</i>	A interlocução se dá a partir do trabalho social para o atendimento às famílias com deslocamento físico, compreendendo os períodos de pré e pós-morar.	- Realização de encontros com idosos e familiares para o (re)conhecimento do território; - Inserção das famílias nos espaços e equipamentos públicos urbanos; - Participação em atividades culturais e de lazer; - Visitas às famílias em processo de reassentamento; - Realização de atividades que resgate os vínculos sociais e comunitários que foram rompidos; - Realização de ações para a readaptação das famílias reassentadas ao novo território.
PG014 <i>Saúde Física e Mental</i>	Trabalho em sinergia para identificar as situações de vulnerabilidades psicossociais e de saúde física, a partir de encaminhamentos para serviços públicos e acompanhamento psicossocial.	- Mapeamento de usuários de risco em saúde mental, álcool e outras drogas em caráter preventivo e corretivo, evitando a agudização de doenças e identificação precoce de demandas da saúde, a partir de protocolos de atendimentos e normatizações do SUS; - Apoio às políticas públicas com contratação de profissionais de saúde e assistência social para prestar apoio aos serviços locais, nos municípios em que houve deslocamento físico de famílias de Mariana e Barra Longa.
PG006 <i>Diálogo Social</i>	Interlocução para a criação e manutenção de espaços de diálogo com as famílias e ou pessoas impactadas.	- Realização de reuniões para tratativas dos casos de famílias identificadas em situação de vulnerabilidade e risco social; - Elaboração de ações conjuntas para atendimento às famílias;

Programa	Descrição da interface	Ações de encaminhamento
		Realização de encontros com as equipes de diálogo, para repassar informações da oferta de Proteção no âmbito deste programa.
PG016 <i>Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras</i>	A articulação consiste no encaminhamento das famílias vulneráveis e em situação de risco social para sua reinserção na atividade econômica da pesca.	- Cria o acesso das famílias vulneráveis impactadas, ao processo de levantamento de aptidões laborais, qualificação e requalificação para a pesca e outras atividades produtivas; - Mapear os arranjos produtivos existentes e potenciais nos territórios para estas famílias.
PG017 <i>Retomada das atividades agropecuárias</i>	A articulação consiste no encaminhamento das famílias vulneráveis e em situação de risco social para sua reinserção na atividade econômica agropecuária.	- Acesso das famílias impactadas ao processo de qualificação e requalificação para agropecuária e outras atividades produtivas; - Criar o acesso para a assistência técnica rural; - Recuperação de áreas rurais destinadas à produção agropecuária.
PG020 <i>Estímulo à contratação de mão-de-obra local</i>	A articulação consiste no encaminhamento das famílias vulneráveis para inclusão nas atividades de qualificação profissional.	- Acesso das famílias impactadas ao processo de qualificação e requalificação para o mundo do trabalho e para a contratação em oportunidades locais; - Apoio à implementação de ações de geração de renda, observando as especificidades destes públicos vulneráveis; - Realização de ações integradas com o Programa ACESSUAS Trabalho, do Governo Federal.
PG19 Programa de Recuperação de Micro e Pequenos Negócios	A articulação consiste no encaminhamento das famílias vulneráveis que tiveram seus negócios impactados para inclusão nas atividades desde programa.	- Restabelecer a capacidade e o ambiente de negócios para o pleno desenvolvimento dos negócios diretamente atingidos pelo evento; - Identificar potencialidades e incubar novos negócios de impacto social.
PG 12 Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística	Articulação para realizar ações socioeducativas em prol da preservação das memórias históricas e culturais das famílias que tiveram deslocamento físico.	- Realizar atividades que permitam o reestabelecimento dos modos de vida das famílias impactadas, nas novas localidades de moradia. - Realização de atividades com as famílias; - Reuniões de planejamento de atividades de protagonismo juvenil.

Quadro 9: Interfaces com Programas da Fundação Renova

4.8 Projetos do Programa de Proteção Social

O Programa de Proteção Social se divide em três projetos estruturantes, correspondentes às áreas de atuação da Proteção Social em contextos de reparação integral e integrada.

Protocolo para atendimento dos impactados em situação de vulnerabilidade ou risco social

Objetivo

Desenvolver ações de fortalecimento da política de Assistência Social, para a oferta de serviços às famílias vulneráveis impactadas pelo rompimento da barragem.

Requisitos, Premissas e Restrições

Requisito

- Observar as regras e diretrizes estabelecidas pelas Políticas Públicas nas áreas de atuação;
- Utilizar como referência, onde couber, o Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres (Portaria Interministerial n. 2, de 6 de dezembro de 2012).
- Consonância e não-sobreposição com os serviços ofertados pelas políticas públicas.

Premissas

- Interlocução entre a Fundação Renova e Poder Público para nivelamento na execução das ações;
- Mapeamento e estudos, priorizando a utilização de dados secundários;
- Utilização da base de dados do Cadastro Integrado para a identificação de territórios e tipos de vulnerabilidades;
- Envolvimento e participação das organizações que compõe as Redes de Proteção Social local;
- Estruturação da oferta de serviços públicos nos territórios impactados;

Restrições

- Delimitação de atribuições entre o poder público e a Fundação Renova.

Escopo do Projeto

Este projeto está embasado no apoio à política de assistência social (eixo 1) e objetiva desenvolver ações nos municípios que fortaleça a oferta de serviços socioassistenciais para atendimento e acompanhamento das famílias impactadas com o rompimento da barragem. Ele é composto por, ao menos, cinco ações ampliadas, transversais à sua implementação, quais sejam:

- Articulação de ações com secretarias estaduais de assistência social de MG e ES;
- Articulação de diretrizes e ações com as prerrogativas do SUAS - Sistema Único da Assistência Social;

- Fortalecimento da função de vigilância socioassistencial no âmbito municipal;
- Capacitação dos trabalhadores do SUAS em âmbito municipal, em articulação com as iniciativas de educação permanente em andamento;
- Fomento à supervisão técnica regionalizada dos trabalhadores e gestores do Suas junto aos municípios impactados

O Projeto iniciou-se desde o período emergencial, atendendo especialmente aos municípios de Mariana e Barra Longa em função dos deslocamentos das famílias de suas comunidades originais. Nesta localidade as ações de fortalecimento consistiram na contratação de 22 profissionais (11 assistentes sociais e 11 psicólogos) para atuação nos serviços socioassistenciais destes municípios, para realizar o atendimento e acompanhamentos das famílias impactadas nestes territórios.

Para a operacionalização deste projeto ao longo de todo o território impactado, utilizaram-se as orientações do TTAC, as diretrizes e deliberações das câmaras técnicas, bem como a escuta direta aos municípios impactados, por meio de oficinas in loco. Essas oficinas ocorreram nos meses de março, abril e outubro de 2017 e tiveram como objetivo apreender as percepções dos gestores e técnicos de Assistência Social dos municípios impactados sobre os efeitos do Evento e sobre os contextos locais. Este momento presencial auxiliou a formulação do Programa de Proteção Social para a proposição de suas ações. O consolidado dessas está expresso em um relatório publicizados para todas as instâncias participantes e também no site da Fundação Renova.

O Programa de Proteção Social está em acordo com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social, tendo como premissa o trabalho próximo e articulado com os serviços socioassistenciais dos municípios impactados. Os grandes marcos de atuação (dispostos nos chamados eixos) são: **o apoio à política pública de assistência social; a atenção às famílias impactadas e a intersetorialidade e integração entre os programas da Fundação Renova**, a partir de uma lógica territorial importante para a assistência social. Esses eixos se desdobram em programas e ações dirigidas aos municípios, considerando suas especificidades, com o intuito de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo seu acesso e usufruto de direitos.

Em termos metodológicos, o Programa se organiza a partir de registros sistematizados. Assim, foram elaborados Mapas de Vulnerabilidade e Matrizes de ações Integradas. Em outras palavras um diagnóstico dos municípios a partir dos dados de cadastro e das percepções dos gestores e técnicos municipais e uma organização de demandas e ações convergentes essenciais para a reparação, respectivamente.

Para a elaboração dos Mapas foram utilizados dados do Programa de Cadastro Integrado que utiliza um instrumento (formulário), no qual são registradas informações autodeclaradas sobre a situação atual das famílias e sobre sua situação antes do rompimento da barragem. As equipes 22

responsáveis pelo Cadastro Integrado percorreram todo o território que foi impactado e coletaram informações das famílias e comunidades presentes nestes locais. Deste modo, as informações contidas no cadastro integrado serviram de base para o Programa de Proteção Social aprofundar e identificar os impactos econômicos e psicossociais causados pelo rompimento da barragem, a partir de olhares para os públicos vulneráveis da Política de Assistência Social (crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e outros), identificando as situações de risco e possíveis violações de direitos, advindas do rompimento da barragem.

Por sua vez, os Mapa de Vulnerabilidade constituem um instrumento de identificação das vulnerabilidades surgidas ou agravadas pelo evento, além de apresentarem informações gerais sobre os municípios, tais como dados demográficos importantes para compreensão do contexto municipal. Para aprofundar o conhecimento sobre as famílias, foi utilizado o Índice de Desenvolvimento da Família – IDF, uma medida criada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que possibilita a identificação das dimensões, componentes e variáveis que mais impactam o desenvolvimento das famílias. No IDF, são seis dimensões: *desenvolvimento infantil, vulnerabilidade da família, condições habitacionais, disponibilidade de recurso, acesso ao conhecimento e acesso ao trabalho*.

Para além do cálculo do IDF e da análise de duas dimensões, foram realizadas análises de composição familiar (presença de públicos já considerados vulneráveis para a Política Nacional de Assistência Social) e de renda. O corte de renda aplicado considerou as famílias cuja a renda per capita é inferior a ½ salário mínimo, considerando o valor do salário mínimo no ano de 2016: R\$880,00. Este recorte, acarreta informações das famílias prioritárias para a realização do trabalho social. Para elas, pesquisou-se também informações adicionais acerca das comunidades em que elas se encontram, como o Rio Doce era utilizado por este público, além de uma análise do impacto do Evento, onde se visualiza um expressivo impacto no acesso ao trabalho e na renda das famílias.

O Mapa é um instrumento para o desenvolvimento das ações do Programa de Proteção Social, e uma ferramenta importante para o próprio município, pois possibilita identificamos quem são, onde estão e que ações precisamos articular para o atendimento e para acompanhamento das famílias e ou pessoas afetadas. Com os mapas em mãos, os municípios podem elaborar as *matrizes de ações integradas* – documento que sintetiza algumas informações do Mapa e se dispõem informações sobre ações que podem ser ofertadas pelo conjunto de Programas da Fundação Renova, conforme o impacto identificado. Nelas também, constam informação das ações que podem ser articuladas com o poder público para a reparação dos danos.

A atividade de apresentação dos mapas e de elaboração das matrizes foi organizada a partir de encontros presenciais com os municípios, em oficinas regionais. Nesse momento, cada município pode validar as informações, acrescentar dados que por ventura não foram capturados na base de dados do Cadastro Integrado, incluindo-se as percepções dos técnicos Centro de Referência de Assistência Social – CRAS acerca das vulnerabilidades agravadas após o rompimento da barragem. Além disso, durante a elaboração conjunta das matrizes, os municípios podem verificar e pontuar as convergências das ações a serem executadas pelos Programas da Fundação Renova com os programas e ações executadas (ou a serem executadas) pelos municípios e que contribuem para a reparação².

Evidencia-se a convergência entre o Programa de Proteção Social e o Programa de Indenização Mediada-PIM, uma vez percebida a necessidade de um olhar e um trabalho focalizado às famílias vulneráveis impactadas e que receberão indenização. São previstas, portanto, ações como: informação sobre educação financeira, ações que possibilitem o retorno das atividades de geração de renda; qualificação e requalificação para o mundo do trabalho, entre outras. Estas ações constam no projeto 2- Promoção de acesso das famílias vulneráveis impactadas aos programas de economia e inovação. Portanto, a parceria com o poder público, para assegurar o acompanhamento das Famílias, nos CRAS, na perspectiva de fortalecer os vínculos familiares, uma vez que o aspecto econômico possibilita alterações nas relações sociais.

Outro importante aspecto a ser considerado nas ações do Programa é o fortalecimento da função de vigilância socioassistencial em âmbito municipal, com o propósito de disseminar informações, que contribuam para a consecução do caráter preventivo e proativo da política de assistência social nos territórios, bem como, para a redução dos agravos decorrentes do Evento e especialmente fortalecendo a função de proteção social, em locais vulnerabilizados.

Uma boa vigilância socioassistencial qualifica o trabalho dos serviços de assistência e subsidia as gestões em todos os níveis. Com dados qualificados e consistentes e periodicamente monitorados, o trabalho local se fortalece, pois pode fornecer sistematicamente para a rede socioassistencial, e em especialmente aos equipamentos CRAS e CREAS, informações das territorialidades, objetivando auxiliar as ações de busca ativa, o trabalho social com famílias vulneráveis e impactadas e subsidiar as atividades de planejamento e avaliação dos serviços. Neste contexto, o mapa de vulnerabilidade realizado pelo Programa, aponta informações

² No Quadro 7, referente as Interfaces com Programas da Fundação Renova, são detalhados os Programas que possuem maior convergência com o Programa de Proteção Social para as reparações, conforme os indicadores vistos nos Mapas e apontamentos feitos pelos municípios nos momentos de discussão nas oficinas.

territoriais importantes, que contribuem para a identificação precisa das famílias impactadas e dos públicos vulnerabilizados.

Para o Programa de Proteção Social da Fundação Renova, apoiar o fortalecimento da Vigilância Socioassistencial é uma ação que, além de qualificar a política de assistência social, ainda colabora para o trabalho focalizado com as famílias impactadas e seu contínuo monitoramento.

Outra ação importante deste projeto é a realização de capacitações para os operadores da Proteção Social, que atuam nas redes de serviços nos municípios atingidos, com vistas a instrumentalizá-los para o trabalho social com as famílias e para o aprimoramento dos fluxos de atendimentos e nos encaminhamentos intersetoriais. Essas capacitações, sempre ministradas por profissionais com experiências na gestão pública e de universidades com expertise reconhecida no tema de trabalho social com famílias, especialmente em contextos de desastre, são importantes para o nivelamento de informações entre os operadores, mas também pela necessidade de se repensar o trabalho socioassistencial gerado pelo rompimento da barragem nos municípios.

Outra ação prevista pelo Programa de Proteção Social é o fomento à supervisão técnica regionalizada dos trabalhadores e gestores do Suas junto aos municípios impactados, em parceria com as Secretarias Estaduais de Assistência Social. Esta estratégia se respalda na importância da parceria entre o poder público e a Renova para ações mais perenes e sustentáveis nos territórios impactados. No âmbito socioassistencial, em particular, a parceria tem o intuito de retroalimentar o trabalho de reparação, mas também de fortalecer a atuação das secretarias em contexto regional, criando dispositivos eficientes para um trabalho articulado entre os municípios e entre os municípios e as diretrizes estaduais e nacionais.

Cronograma do Projeto

Atividades do Projeto	Duração	2015	2016	2017	2018	2019	...	2021
Execução do Projeto	42 meses	Novembro				Abril		
Continuidade dos Planos Emergenciais (Mariana e Barra Longa)	42 meses	Novembro				Abril		
Elaboração de mapas de vulnerabilidades e matrizes de ações integradas	9 meses			Março/Novembro				

Execução das matrizes de ações integradas	15 meses				Janeiro	Abril		
--	----------	--	--	--	---------	-------	--	--

Pacote / Atividade	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
Protocolo para atendimento dos impactados em situação de vulnerabilidade ou risco social	0,30	0,77	5,00	2,59			8,67
Total	0,30	0,77	5,00	2,59	-	-	8,67

Promoção de acesso das famílias vulneráveis impactadas aos programas de economia e inovação

Objetivo

Promover ações que proporcionem o acesso das famílias vulneráveis, que foram impactadas, aos programas de economia e inovação da Fundação Renova.

Requisitos, Premissas e Restrições

Requisitos

- Trabalho apoiado no Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho- ACESSUAS Trabalho, da Política de Assistência Social.

Premissas

- Integração entre o Programa de Proteção Social e os Programas de Inovação e Economia da Fundação Renova, para articular ações de inclusão produtiva e de geração de renda para as famílias.

Escopo do Projeto

Este projeto compõe o eixo denominado *intersectorialidade e integração entre os programas da Fundação Renova* (eixo3) e contempla três grandes ações: acesso das famílias vulneráveis impactadas aos programas de economia e inovação da Fundação Renova; articulação *em rede* para acesso das famílias vulneráveis impactadas nos demais programas da Fundação Renova; fomento à intersectorialidade, a partir da *perspectiva* territorial, para ações de reparação às famílias vulneráveis impactadas. Ele se direciona, em especial, às famílias que tiveram sua renda comprometida pela interrupção de suas atividades produtivas ou econômicas em decorrência do rompimento da Barragem. Está em plena articulação com o projeto de trabalho social *com famílias* (descrito a seguir), considerando que são as famílias o foco principal de intervenção para a reparação.

O projeto é subsidiado por informações sistematizadas no Mapa de Vulnerabilidades, e de acordo com a análise do Índice de Desenvolvimento Familiar – IDF, conforme informações autodeclaradas pelas famílias registradas no Programa de Cadastro Integrado. E considerando os resultados já mapeados, faz-se necessário oportunizar às famílias e ou indivíduos acesso ao mercado de trabalho, potencializar ou desenvolver competências e habilidades, sejam elas ligadas às atividades econômicas anteriores ao evento ou não. A reativação econômica dos territórios e, por conseguinte, das famílias, além de intencionar a melhoria da condição financeira, está alinhada à garantia da autonomia dessas famílias, constante na Política de Assistência Social

Em articulação com a política de assistência social, aproveitaremos as oportunidades oferecidas pelo Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS, que ao identificar pessoas com vulnerabilidade de geração de renda, desenvolve ações de mobilização e encaminhamento para garantia do direito de cidadania a inclusão ao mundo do trabalho e viabiliza o acesso a cursos de qualificação e formação profissional, ações de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra.

A operacionalização deste projeto, por sua própria definição, exige uma consonância intensa com os demais programas da Fundação Renova, especialmente os da frente de economia e inovação, responsáveis por priorizar a contratação de mão-de-obra local, por reativar as redes de atividades pesqueiras e agropecuárias, pelo trabalho com micro e pequenos empreendedores e pela diversificação da economia regional. Neste projeto, as estratégias serão organizadas, por meio de interfaces com o Programa de Retomada das atividades agropecuárias; Programa de Retomada das atividades agropecuárias; Programa de Estímulo à contratação Local e Programa de Recuperação de Micro e Pequenos Negócios.

As articulações do Programa de Proteção Social e estes programas dar-se-ão inicialmente com o processo de identificação de novos arranjos produtivos locais para inclusão das famílias impactadas, de acordo com as vocações econômicas e com as atividades tradicionalmente desenvolvidas em cada território e região. Realizaremos também, ações de mobilização para fomentar a inclusão nos processos de (re)qualificação profissional dos indivíduos e o incentivo às cadeias produtivas.

Entretanto, para ofertar às comunidades serviços de (re) qualificação, assistência técnica e incubação de novos negócios, também é imprescindível o engajamento do Programa de Proteção Social com instituições públicas e da sociedade civil que mobilizam a temática socioeconômica, a exemplo de universidades, instituições de pesquisa, secretarias e órgãos públicos de gestão do desenvolvimento econômico, instituições de fomento, entre outras.

Cabe ressaltar, que este projeto de Promoção de acesso das famílias vulneráveis impactadas aos programas de economia e inovação, não possui valores orçamentários vinculados ao Programa de Proteção Social, justifica-se este procedimento pois é um projeto executado de forma integrada com outros programas da Fundação Renova.

Cronograma do Projeto

Atividades do Projeto	Duração	2015	2016	2017	2018	2019	...	2021
Execução do projeto	17 meses			Setembro		Abril		
Identificação de arranjos produtivos locais e de vocações econômicas para a reinserção econômica das famílias impactadas	15 meses				Janeiro	Abril		
Criação e execução de ações integradas de requalificação e (re)inclusão socioproductiva	15 meses				Janeiro	Abril		

Trabalho social com famílias antes e após o reassentamento

Objetivo

Acompanhar o processo de reassentamento, antes e após a realocação das famílias que sofreram deslocamento físico em virtude do evento. São as comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira.

Requisitos, Premissas e Restrições

Requisitos

- Engajamento com o poder público local, para a execução de ações do trabalho social com famílias contínuo antes e pós;
- Utilização, do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres (Portaria Interministerial n. 2, de 6 de dezembro de 2012) como referência teórico-metodológica.

Premissas

- O trabalho social com as famílias se estenderá por dois anos após o reassentamento.

Compatibilização dos cronogramas: Programa de reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira e o Programa de Proteção Social.

Escopo do Projeto

Este projeto está embasado na atenção às famílias impactadas (Eixo 2) e contempla duas grandes ações: *o atendimento especializado às famílias impactadas dos municípios onde houve deslocamento físico, com foco nos processos de desterritorialização e reterritorialização e o trabalho focalizado de fortalecimento de vínculos sociais junto às famílias vulneráveis impactadas*, especialmente àquelas que sofreram deslocamento físico em virtude do rompimento (comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo) e que foram alocadas temporariamente nas sedes de Mariana e Barra Longa.

O processo de deslocamento físico das famílias impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão exigiu uma rápida adaptação das famílias para um novo modo de vida, com características urbanas, causando alteração das relações sociais, de trabalho, de geração de renda, além de causar a ruptura dos laços de vizinhança e, por vezes, familiares. Assim, desde o período emergencial, iniciou-se um trabalho de atendimento às famílias diretamente impactadas. Nos municípios mais impactados foram contratados 22 profissionais (11 psicólogos e 11 assistentes sociais) para compor as equipes dos serviços públicos de assistência social, como parte da premissa de apoio às políticas sociais com a finalidade de ampliar a capacidade pública de atendimento na rede de serviços socioassistenciais e psicossocial.

Entendendo que o processo de reestabelecimento dos modos de vida das famílias impactadas demanda ações de fomento a organização comunitária, manutenção dos laços familiares e

comunitários e manifestações culturais e religiosas que representam a identidade daquele grupo, o Programa de Proteção Social realizará ações em conjunto, principalmente com o Programa de Reconstrução de vilas e reassentamento e com o Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística.

O Programa deverá articular com os serviços socioassistenciais e com os Programas da Fundação, a realização de atividades que antecede o reassentamento tendo como objetivo a manutenção da identidade das comunidades e das relações comunitárias que antes se expressavam, realização de visitas domiciliares, realização de atendimento e acompanhamento durante todos o período de transição para o reassentamento, garantindo uma escuta qualificada das demandas advindas dos núcleos familiares, proporcionar o bem estar das famílias na moradia temporária e fortalecendo as famílias para se adaptarem a nova localidade, manter uma relação de diálogo com as famílias para que elas sejam informadas sobre os processos de reparação da Fundação Renova, principalmente a do reassentamento.

A realização deste conjunto de atividades metodologicamente tem a função de acompanhar estas famílias no que tange à readaptação territorial, ao resgate de vínculos sociais e comunitários, à recuperação da memória coletiva e ao restabelecimento da rotina, antes e após sua realocação, partindo da compreensão do reassentamento como um processo que se inicia antes da mudança para o novo território e que se estende por um período de adaptação após a fixação na nova comunidade.

Este projeto também organizará as ações com as famílias observando o ciclo de vida (Crianças, adolescentes, idosos, jovens mulheres e outros), utilizando a forma tipificada do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o atendimento às famílias.

O projeto será operacionalizado, em consonância com o Plano de Reassentamento que está sendo implementado pelo Programa de Reconstrução de vilas e reassentamento, de modo a garantir a reparação das famílias.

Cronograma do Projeto

Atividades do Projeto	Duração	2015	2016	2017	2018	2019	...	2021
Execução do projeto	24 meses	Novembro						Abril
Realização do Trabalho Social com Famílias	24 meses	Novembro						Abril

Orçamento do Projeto

Pacote / Atividade	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Projeto de Trabalho social com Famílias com deslocamento físico, antes e pós Reassentamento	--		0,19	0,28	0,28	0,09		0,85
Total			0,19	0,28	0,28	0,09		0,85

5. Planejamento consolidado do programa

5.1 Custo do programa (R\$ milhão)

O custo total do programa está estimado em R\$ 9,51 milhões, sendo integralmente de natureza reparatória. A composição deste orçamento considerou a elaboração e a execução das Matrizes de Ações Integradas de Reparação em cada município, ao longo de 12 meses. O cálculo do montante necessário tomou como linha de base os valores de repasses federais aos municípios, ao custo de R\$9mil mensais/ação.

A seguir, apresenta-se a composição orçamentária do Programa de Proteção Social.

PROJETO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Projeto 1 – Protocolo para atendimento dos impactados em situação de vulnerabilidade ou risco social	0,30	0,77	5,00	2,59				8,67
Projeto 2 – Promoção de acesso das famílias vulneráveis impactadas aos programas de economia e inovação (*)								0,00
Projeto 3 – Trabalho social com famílias com deslocamento físico, antes e após o reassentamento				0,19	0,28	0,28	0,09	0,85
Total	0,30	0,77	5,00	2,78	0,28	0,28	0,09	9,51

Tabela 3: Custo estimado do Programa de Proteção Social

(*) Custo não previsto no Programa de Proteção Social pois sua execução será integrada a outros programas da Fundação Renova.

5.2 Cronograma do programa

Atividade	Início	Fim
EXECUÇÃO DO PROGRAMA	Nov/2015	Abril/2021
Etapas: Execução dos projetos		
Projeto 1 – Protocolo para atendimento dos impactados em situação de vulnerabilidade ou risco social	Nov/2015	Abr/2019
Projeto 2 – Promoção de acesso das famílias vulneráveis impactadas aos programas de economia e inovação	Nov/2017	Abr/2019
Projeto 3 – Trabalho social com famílias com deslocamento físico, antes e após o reassentamento	Nov/2015	Abr/2021
Encerramento do Programa	Dez/2020	Jul/2021

Tabela 4: Macro-cronograma do Programa de Proteção Social

5.3 Papeis e responsabilidades

Por seu caráter de consonância com as políticas públicas de Assistência Social, o Programa de Proteção Social exige que a atribuição de competências e responsabilidades entre as instituições e os programas da Fundação Renova seja feita definido de forma cuidadosa, para evitar sobreposições e otimizar o atendimento às famílias vulneráveis impactadas. Sendo assim, a tabela a seguir apresenta a divisão das tarefas previstas segundo os projetos em que o programa se divide e os responsáveis por cada ação.

Projeto	Ações	Área Responsável	Órgão Responsável
Projeto 1 – Protocolo para atendimento dos impactados em situação de vulnerabilidade ou risco social	Elaboração de mapas de vulnerabilidades e matrizes de ações integradas	Programa de Proteção Social;	Secretarias Municipais de Assistência Social.
	Execução das matrizes de ações integradas	- Programa de Proteção Social; - Programa de Saúde Física e Mental; - Programa de Ressarcimento e Indenização; - Programa de Auxílio Financeiro; - Programa de Proteção da qualidade de vida indígena; - Programa de Proteção da qualidade de vida de outros povos tradicionais; - Programa de Diálogo Social; - Programa de Reconstrução de comunidades e infraestruturas;	Secretarias Municipais e Estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo
	Monitoramento das ações das matrizes de ações integradas	Programa de Proteção Social;	- Secretarias Estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo; - Ministério de Desenvolvimento Social -MDS
	Capacitação dos operadores da Proteção Social para o aprimoramento do trabalho social com famílias	Programa de Proteção Social	- Secretarias Estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo; - Ministério de Desenvolvimento Social -MDS

Projeto	Ações	Área Responsável	Órgão Responsável
Projeto 2 – Promoção de acesso das famílias vulneráveis impactadas aos programas de economia e inovação	Encaminhamento de famílias para qualificação e requalificação para o mundo do trabalho	Programa de Proteção Social	Secretarias Municipais de Assistência Social
	Assistência técnica rural e produtiva	- Programa de Retomada das atividades agrícolas - Programa de Retomada das atividades pesqueiras	-
	Identificação de arranjos produtivos, vocações econômicas e habilidades produtivas das famílias impactadas	- Programa de Proteção Social - Programa de Estímulo à contratação local	-
	Articulação de ações com municípios que aderiram ao ACESSUAS Trabalho	Programa de Proteção Social	Secretarias Municipais de Assistência Social
Projeto 3 – Trabalho social com famílias com deslocamento físico, antes e após o reassentamento	Trabalho Social com Famílias	Programa de Proteção Social	Secretarias Municipais de Assistência Social

Quadro 13: Atribuição de competências e responsabilidades

6. Plano de resultados

6.1 Indicadores do Programa

O monitoramento e a avaliação das ações do Programa de Proteção Social devem partir de um sistema de metas e indicadores bem definidos. Pensando nisso, o Programa de Proteção Social mobilizará indicadores de **eficácia, processo e efetividade**.

Classe	Indicador	Unidade	Periodicidade de medição	Meta
Processo	I-1 Capacitação de profissionais da gestão municipal	Percentual (%)	Anual	100%
Processo	I-2 Capacitação de técnicos por equipamento público de assistência social	Percentual (%)	Anual	100%
Eficácia	I-3 Acompanhamento de famílias impactadas com deslocamento físico	Número absoluto	Semestral	410
Efetividade	I-4 Bem-estar subjetivo e psicológico das famílias impactadas com deslocamento físico	Índice	Pré/pós reassentamento	Melhoria
<u>Eficácia</u>	<u>I5 Inclusão de membro da família vulnerável impactada nos programas de retomada da atividade econômica da Fundação Renova.</u>	<u>Percentual (%)</u>	<u>Cumulativo</u>	<u>70%</u>

Quadro14: Indicadores de acompanhamento do Programa de Proteção Social

O detalhamento do sistema de indicadores propostos pode ser encontrado no item 4.3 deste documento.

6.2 Critérios para encerramento do programa

O Programa de Proteção Social será encerrado nos territórios impactados após o cumprimento devidamente registrado e auditado das seguintes condições, a partir do alcance das metas dos indicadores I-1 a I-4.

Projeto	Condições de encerramento
Projeto 1 – Protocolo para atendimento dos impactados em situação de vulnerabilidade ou risco social	• Conclusão da execução dos Planos Emergenciais de apoio às políticas de Assistência Social por mais 18 meses; • Execução das ações de responsabilidade da Fundação Renova, previstas nas Matrizes de Ações Integradas.
Projeto 2 – Promoção de acesso das famílias vulneráveis impactadas aos programas de economia e inovação	• Execução das ações de responsabilidade da Fundação Renova, prevista nas Matrizes de Ações Integradas.
Projeto 3 – Trabalho social com famílias com deslocamento físico, antes e após o reassentamento	• Decorrência de dois (2) anos após o reassentamento definitivo das famílias de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira.

Quadro 15: Critérios de encerramento do Programa de Proteção Social

I-34 – Acompanhamento de famílias impactadas com deslocamento físico

Tipo		Resultados esperados		
Eficácia	Acompanhamento pelas políticas de assistência social municipais de todas as famílias impactadas com deslocamento físico identificadas no cadastro.			
Unidade	Polaridade	Período associado		Valor meta
	Maior melhor	12 meses		410
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição	
Semestral	março/18		abril/2021	
Fórmula de cálculo				
$\frac{\text{Quantitativo de famílias impactadas com deslocamento físico acompanhadas}}{\text{Quantitativo de famílias impactadas com deslocamento físico}} \times 100$				
Quantitativo de famílias impactadas com deslocamento físico acompanhadas				
Definição	Proporção das famílias impactadas com deslocamento físico devidamente acompanhadas pelas equipes dos serviços de proteção social básica e especial da Política Municipal de Assistência Social.			
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Protocolos de atendimento e acompanhamento gerados pelos serviços de proteção básica e especial da Política Municipal de Assistência Social.			
Quantitativo de famílias impactadas com deslocamento físico				
Definição	Número de famílias cadastradas das comunidades, Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira que tiveram deslocamento físico.			
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Banco de dados do Cadastro Integrado.			

I-4 – Bem-estar subjetivo e psicológico das famílias impactadas com deslocamento físico			
Tipo	Resultados esperados		
Efetividade	Melhoria na sensação psicológica e subjetiva de bem-estar, empoderamento, agência e conexão social.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
Pré/pós reassentamento	Maior melhor	12 meses	
Frequência de medição	Data início medição	Data fim medição	
Anual	março/18	março/2021	
Fórmula de cálculo			
$\frac{\text{Índice de Bem-estar subjetivo, empoderamento, agência e conexão social em } T_0}{\text{Índice de Bem-estar subjetivo, empoderamento, agência e conexão social em } T_1}$			
Índice de Bem-estar subjetivo, empoderamento, agência e conexão social em T ₀			
Definição	O cálculo do índice de bem-estar subjetivo, empoderamento, agência e conexão social é realizado com base na metodologia desenvolvida pela Universidade de Oxford no Reino Unido. O intuito é captar as informações e construir os índices globais para o momento inicial da intervenção (T ₀), momento esse no processo de transição para o reassentamento.		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	A aferição dos índices inicial é realizada por meio da coleta de informações do tipo survey com todos os membros das famílias impactadas com deslocamento físico. Os módulos dos questionários que servirão de fundamento para a pesquisa survey foram desenvolvidos pelo Oxford Poverty and Human Development Institute e podem ser visualizados no link: http://ophi.org.uk/research/missing-dimensions/survey-modules/		
Índice de Bem-estar subjetivo, empoderamento, agência e conexão social em T ₁			
Definição	O intuito é captar as informações e construir os índices globais para o momento final da intervenção (T ₁), momento esse pós reassentamento, a fim de compará-lo com as informações e os índices construídos no processo de transição para o reassentamento considerado (T ₀).		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	A aferição dos índices final é realizada por meio da coleta de informações do tipo survey com todos os membros das famílias impactadas com deslocamento físico. Os módulos dos questionários que servirão de fundamento para a pesquisa survey foram desenvolvidos pelo Oxford Poverty and Human Development Institute e podem ser visualizados no link: http://ophi.org.uk/research/missing-dimensions/survey-modules/		

I-5 – Inclusão de membro de família vulnerável impactada nos programas de retomada das atividades econômicas da Fundação Renova..

<u>Tipo</u>	<u>Resultados esperados</u>		
<u>Eficácia</u>	Inclusão, com pelo menos um membro, da maioria das famílias vulneráveis impactadas pelo evento e cadastradas nos programas de retomada das atividades econômicas da Fundação Renova. O programa de proteção social irá oferecer todo o suporte e informações necessárias para o acesso dos beneficiários aos programas.		
<u>Unidade</u>	<u>Polaridade</u>	<u>Período associado</u>	<u>Valor meta</u>
<u>%</u>	Maior melhor	Cumulativo	70
<u>Frequência de medição</u>	<u>Data início medição</u>	<u>Data fim medição</u>	
<u>Semestral</u>	Abril/18	abril/19	
<u>Fórmula de cálculo</u>			
Quantitativo de famílias vulneráveis impactadas incluídas nos programas Quantitativo de famílias vulneráveis impactadas x 100			
<u>Quantitativo de famílias vulneráveis impactadas incluídas nos programas</u>			
<u>Definição</u>	Quantidade de famílias vulneráveis impactadas com pelo menos um membro incluído nos nos programas de retomada das atividades econômicas da Fundação Renova.		
<u>Fonte e método de medição/coleta do parâmetro</u>	O encaminhamento do membro da família para a qualificação será evidenciado conforme lista de encaminhamento aos programas e lista de inserção dos membros nos programas. A medição será do período, de forma cumulativa, considerando todos os municípios.		
<u>Quantitativo de famílias vulneráveis impactadas</u>			
<u>Definição</u>	Quantidade de famílias identificadas como vulnerável no mapa de vulnerabilidade.		
<u>Fonte e método de medição/coleta do parâmetro</u>	Banco de dados do cadastro integrado e mapa de vulnerabilidade.		

Formatado: Recuo: À esquerda: 0 cm

7. Anexos

- Anexo I – Cláusulas 54 a 58 do TTAC

▪

8. Referências Bibliográficas

- Jaccoud, Luciana (2009). "Proteção Social no Brasil: debates e desafios". In: UNESCO (Org.) *Concepção e gestão da proteção social não-contributiva no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 429 pp.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Fundação Oswaldo Cruz. Curso de introdução à atualização sobre especificidade e interfaces da proteção social básica no SUAS. -- Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016. 128 p. ; 30 cm
- Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS
- Sistema Único de Assistência Social – SUAS
- Política Nacional de Assistência Social – PNAS

Este documento foi elaborado pela equipe do Programa de Proteção Social.

Maria Albanita de Lima
Líder de Programa
Data:

Marcus Fuchs
Gerente Executivo
Data:

Anexo I – Cláusulas 54 a 58 do TTAC

CLÁUSULA 54: A FUNDAÇÃO deverá elaborar, desenvolver e executar um programa para promover a proteção social, por meio de ações socioassistenciais, incluindo ações socioculturais e apoio psicossocial, desenvolvendo o acompanhamento às famílias e aos indivíduos impactados pelo EVENTO, priorizando os IMPACTADOS com deslocamento físico.

CLÁUSULA 55: O PROGRAMA deverá ser direcionado às famílias e às pessoas que necessitem de ações de proteção social de acordo com os parâmetros estabelecidos pela FUNDAÇÃO, em conformidade com as políticas públicas, em decorrência do EVENTO.

CLÁUSULA 56: Excluído o que for de competência do PODER PÚBLICO, o PROGRAMA de proteção social deverá apoiar a adoção de protocolo para atendimento dos IMPACTADOS que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social por violação de direitos fundamentais; em decorrência do EVENTO.

PARÁGRAFO ÚNICO: O PROGRAMA de proteção social deverá apoiar a continuidade dos serviços públicos essenciais, nos casos em que sua interrupção ou prejuízo no atendimento à população tiver decorrido do EVENTO.

57: As ações referidas no artigo anterior deverão observar as regras e diretrizes da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS); da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; da Política Nacional de Assistência Social; e do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres (Portaria Interministerial n. 2, de 6 de dezembro de 2012).



CLÁUSULA 58: Esse PROGRAMA deverá ser iniciado em até 30 (trinta) dias da assinatura deste Acordo e terá duração de 36 (trinta e seis) meses, a contar do seu início.

PARÁGRAFO ÚNICO: O prazo previsto no **caput** poderá ser prorrogado, caso esta necessidade seja fundamentadamente justificada 12 (doze) meses antes de encerrado o prazo original.